

013

ESTADO DA PARAIBA
Câmara Municipal de Campina Grande
(Casa de Félix Araújo)

PROJETO de LEI Nº 001/2000 - origem nº 001/2000

Em 02 de fevereiro de 2000

Autor PODER EXECUTIVO

Tipo: Lins Ltda. - Telefax: 331.

EMENTA: Concede isenção tributária aoologista premiado pela decoração natalina de 1999 através da programação do "Concurso Natal Decore" e dá outras providências.

DISTRIBUIÇÃO

A Comissão de JUSTICA

para dar parecer.

S. S. Câmara Municipal de 02 de 02 de 2000

Presidente

Secretário

Aprovado em sessão de 05 de 04
de 2000, 1ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

Presidente

Secretário

Aprovado em sessão de 06 de 04
de 2000, 2ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

Presidente

Secretário

REDAÇÃO FINAL

Aprovado em sessão de de
de 19

COMISSÃO DE JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 001/2000
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Parecer

Relatório.

O Chefe do Poder Executivo, enviou a proposta de isenção tributária ao logista premiado pela decoração natalina de 1999, através da programação do "CONCURSO NATAL DECORE" 99 e outras providências, tendo sido transformado no projeto de lei nº 001/ 2000, para que seja ofertado parecer jurídico-constitucional.

É o relatório.

Voto do Relator:

Trata-se de uma questão pacífica, no plano da regularidade formal da matéria. O Chefe da Edilidade, cuida tão somente de resgatar junto ao logista campinense, o interesse de que um novo aspecto urbanístico e visual da cidade, também é um canal de atração para incremento de vendas no comércio e portanto de maior arrecadação por parte dos cofres públicos.

O fim da proposta é prestar homenagem ao logista que realizou a melhor decoração de natal no ano de 99, cuja contrapartida é sua isenção tributária do IPTU e TLP, no exercício do ano 2000 ; a instituição do prêmio foi uma promoção conjunto do Câmara de Diretores Lojistas e o Poder Público.

Somos para tramitação e aprovação da matéria.


É o parecer do Relator.

Voto da Comissão:

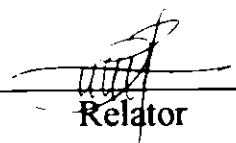
Por unanimidade a Comissão de Justiça, acolhe em número, gênero e grau, o texto da propositura.

É o parecer da Comissão.

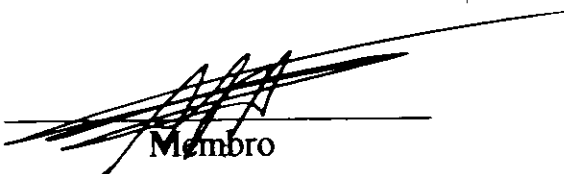
S.S. das Comissões Permanentes “Dep. Petronio Figueiredo “ em
12 de março de 2000



Presidente



Relator



Membro



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA

MENSAGEM Nº 001

De 12 de janeiro de 2000.

Senhor Presidente,

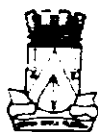
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,

O Projeto de Lei que submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, visa conceder isenção de IPTU e TLP ao lojista vencedor do concurso instituído pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL em parceria com a Prefeitura Municipal de Campina Grande, através da programação “**Concurso Natal Decore 99**”. Assim sendo, o lojista que apresentou a mais bela decoração com motivos natalinos será premiado com a isenção tributária, incluindo IPTU e TLP, para o Exercício de 2000. É uma promoção de incentivo ao comerciante que sempre nas épocas festivas, procura atrair o consumidor esmerando-se na decoração de sua loja, embelezando-a com os motivos característicos das festas.

Diante do exposto, sendo a matéria de interesse público, remeto o presente Projeto, esperando contar com a compreensão os Pares dessa Insígne Casa Legislativa, aprovando a propositura.

Cordialmente.

CÁSSIO CUNHA LIMA
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO POLÍTICA

RECEBIDO NA SECRE: 1-
EM. 02, 02, 2000
AS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI N.º 004 CC-11-2000
ORIGEM Nº 00113000

De, 12 de janeiro de 2000.

**CONCEDE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA
AO LOGISTA PREMIADO PELA
DECORAÇÃO NATALINA DE 1999
ATRAVÉS DA PROGRAMAÇÃO DO
"CONCURSO NATAL DECORE 99"
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º – Fica concedido isenção do IMPOSTO
PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU e da TAXA DE
LIMPEZA PÚBLICA – TLP ao logista vencedor do prêmio
estabelecido pela programação "CONCURSO NATAL DECORE 99",
no exercício do ano 2000.**

**Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.**

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

CÁSSIO GUNHA LIMA
Prefeito